



RELATO DE EXPERIÊNCIA

OFICINA “DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA ESCOLA”

Clovis Schmitt Souza¹

Resumo

O artigo apresenta a descrição da oficina desenvolvida pelo projeto de extensão “Democracia e representação política na escola”, realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul entre os anos de 2016 e 2018, com estudantes do ensino médio das escolas públicas da região da 15^a CRE. Na primeira parte do trabalho é realizada uma breve exposição do histórico da presença da disciplina de Sociologia no currículo das escolas públicas brasileiras a partir do ano de 2006 através do exame dos documentos legais. Após são apresentados às etapas e funcionamento da oficina. Finalizando, são expostas algumas reflexões acerca das possibilidades de trabalhar conceitos abstratos da área das Ciências Sociais com os estudantes de maneira que possam se familiarizar com as ideias e se apropriar da teoria.

Palavras-chaves: Oficina. Sociologia. ensino médio. democracia. representação política.

¹Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim/RS. E-mail: clovis_sm@yahoo.com.br

WORKSHOP DEMOCRACY AND POLITICAL REPRESENTATION IN SCHOOL

Abstract

The article presents a description of the workshop developed by the extension project "Democracy and political representation in school" conducted by the Federal University of Southern Frontier between 2016 and 2018 with high school students from public schools in the region of the 15th CRE. In the first part of the paper is a brief exposition of the history of the presence of the discipline of Sociology in the curriculum of Brazilian public schools from the year 2006 through the examination of legal documents. After they are presented to the steps and operation of the workshop. Finally, some reflections on the possibilities of working abstract concepts of the social sciences area with the students are presented, so that they can become familiar with the ideas and appropriate the theory.

Keywords: workshop; sociology; high school; democracy and political representation.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada no ano de 2009, no contexto de expansão do ensino superior via adoção do REUNI. Entre os cursos de graduação da instituição, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais nasce com o objetivo de habilitar novos professores em sociologia para atuar nas escolas públicas da região do Alto Uruguai.

Desde a criação do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFFS a falta de profissionais com habilitação na área, para atuar nas escolas públicas da região da 15ª Coordenadoria Regional da Educação-CRE², desperta preocupação no quadro dos seus professores³. Assim, ao longo dos anos algumas ações nas áreas de ensino e extensão foram produzidas com o objetivo de aproximar das escolas

² A 15ª CRE abrange 41 municípios do alto Uruguai, do estado do Rio Grande do Sul com 50 escolas de ensino médio, disponível em:

<http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/diagnostico/2013/Apresentacao%2015%20CRE%202013.pdf>> Acesso em 8/6/2019.

³ Conforme evidencia o estudo de Pereira e Marques (2015, p.49), até o ano de 2015 não foi constatado a presença de nenhum professor formado em Ciências Sociais atuando na região da 15ª CRE.

públicas da região as discussões, as metodologias de ensino e os conteúdos desenvolvidos no curso de graduação.

Uma dessas ações foi o projeto de extensão “Oficina de Democracia e representação política na escola”, desenvolvido entre os anos de 2016 e 2018 junto às escolas estaduais. Através da realização de oficinas, a discussão sobre a temática da democracia e representação política foi desenvolvida com estudantes do ensino médio através do desenvolvimento de um conjunto de reflexões teóricas e conceituais a respeito do papel da política.

A estratégia metodológica da oficina foi sensibilizar os estudantes à compreensão do papel das instituições políticas e favorecer, por conseguinte, o reconhecimento da cidadania como reflexo do conhecimento do poder exercido pelas instâncias de representação na democracia. A oficina visou contribuir para a discussão da temática da democracia e representação política, entre os estudantes dos últimos anos do ensino médio (segundo e terceiros anos). Seu objetivo foi estimular a compreensão dos participantes sobre o papel exercido pelo representante eleito através do voto da população, para o processo de democracia da sociedade brasileira. Assim, o propósito deste relato de experiência é descrever a estrutura da oficina, sua dinâmica de funcionamento e produzir uma análise a respeito das percepções levantadas durante a realização das ações.

1. SOCIOLOGIA, O QUE TRABALHAR NA ESCOLA?

Conforme as Orientações Curriculares para o ensino médio- Sociologia (BRASIL, 2006) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da Sociologia (BRASIL, 2000), a discussão da temática da democracia com os estudantes oportuniza o desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos. O desenvolvimento de iniciativas que discutam estes assuntos enseja o fortalecimento da presença das temáticas trabalhadas pela disciplina de Sociologia

no ambiente das escolas, como uma forma de colaborar com a compreensão conceitual a respeito da estrutura de funcionamento da política na sociedade brasileira.

Para Silva (2004), a capacidade do professor de recontextualizar os conteúdos, as teorias e as reflexões do campo das Ciências Sociais para o ambiente dos adolescentes contribui para que os conteúdos da disciplina adquiram sentido entre os estudantes. Logo, não se trata de reproduzir os conhecimentos elaborados na Universidade no ambiente da escola. Mas, antes disso, reelaborar os conceitos do campo das Ciências Sociais para o cotidiano dos estudantes e, para dar conta disso, produzir uma composição desses conhecimentos com os campos disciplinares da educação.

As Organizações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) de 2006 apresentam um recorte metodológico para que o professor construa sua prática de ensino através da adoção de certos parâmetros do conhecimento sociológico. Entende que a articulação entre temas, teorias e conceitos é uma possibilidade metodológica importante para recontextualização do conhecimento científico na sala de aula. Além disso, estabelece como princípio epistemológico das disciplinas curriculares a preocupação do estudante *desnaturalizar* e *estranhar* a realidade social percebendo e problematizando a tradição ou a naturalização do comportamento dos indivíduos nos seus múltiplos aspectos como, por exemplo, o cultural, o social ou o econômico. Como assevera Caragnato e Cordeiro (2011, p.30),

[...] a desnaturalização e o estranhamento em relação a verdades e a conceitos elaborados a partir da experiência cotidiana. O estranhamento se conquista pelo exercício de elaborar novas interpretações do vivido a partir de pensamentos e de relações com níveis variados de abstrações. Isso demarca limites em relação a conhecimentos do senso comum, com vistas à sua reelaboração, mas não os supõe como conhecimentos falsos ou sem validade.

Para alcançar tais objetivos, o papel “criativo” do professor de sociologia assume um importante fator na formação de uma identidade da sociologia na

educação básica. Entendemos como necessário que a atividade didática do professor provoque nos educandos uma percepção sobre a realidade social, como um processo construído historicamente e não como algo dado. Assim, a habilidade de *estagnar* o mundo social no qual o estudante está inserido provoca processos de “desacomodação” permanente. Este “espanto” descrito por Tomazi (2013) deve ser decorrência do ambiente de sala de aula, motivador de novas experiências de aprendizagem; onde a ação do professor se localiza como mediação entre a realidade percebida pelos estudantes - a partir das suas vivências históricas- e a possibilidade de acessar outro tipo de conhecimento. Assim fazendo, o professor oportuniza a dessacralização do que venha a ser “natural” ou a noção do senso comum do “foi sempre assim”.

Como se organiza um governo, como os governantes são eleitos, de que maneira os grupos e associações podem se expressar coletivamente ou que direitos e deveres os indivíduos possuem, são algumas possibilidades de temas para trabalhar. Assim, nos afastamos de impressões que sugerem que os brasileiros de modo geral, e os jovens em particular, não têm interesse na política e tão pouco na atuação dos políticos. Cabe, ao invés disso, a indagação do modo possível de trabalhar essas temáticas com jovens. Para isso, na seção a seguir, são descritos alguns elementos conceituais da temática da ciência política que nortearam as atividades da oficina.

2. **A OFICINA DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

A oficina foi realizada com os estudantes do segundo e terceiro anos do ensino médio. Cada uma teve a duração de 4 horas de atividade e foi realizada durante o turno letivo das turmas; na parte da manhã, tarde ou noite, conforme cada escola.

Ao todo foram realizadas 15 oficinas entre os anos de 2016 e 2018 sendo cinco oficinas no primeiro ano, sete no segundo e três no terceiro. Foram visitadas oito escolas públicas na região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional da Educação. A maior parte das oficinas foi realizada no município de Erechim, mas foi possível desenvolver também em outros municípios da região⁴. Cada oficina foi composta por no mínimo 15 e no máximo 60 participantes.

Como recurso metodológico a oficina optou pelo exercício de aproximação dos estudantes a partir das suas interpretações sobre o “sentido da política” até a construção dos conceitos mínimos que envolviam a atividade. Isto é, o exercício da atividade visou transferir o conhecimento do senso comum para o exame conceitual do fenômeno da política.

O desenvolvimento da atividade foi dividida em três momentos. No primeiro momento, a equipe executora da oficina⁵ apresentou a interpretação dos teóricos contratualistas (Locke, Hobbes e Rousseau) a respeito da noção do Estado de Natureza e as formas pela qual os homens celebram o contrato social como forma de organizar a vida em sociedade. Após, foi seguida pela discussão sobre as noções da democracia tomando como parâmetro o modelo da democracia ateniense do século V a.c.

Durante a execução da etapa foi possível identificar a familiaridade dos estudantes com os autores e conceitos, pois lembravam de “ter visto qualquer coisa” nas aulas de sociologia ou filosofia. Contudo, indicavam que os autores e conceitos eram muito abstratos e não faziam muito sentido para eles. Por meio do recorte produzido pela atividade da oficina e as ideias dos autores, foi possível recuperar os principais elementos conceituais e estabelecer as bases da discussão, proposta

⁴Além de Erechim, os municípios visitados pelo projeto foram Aratiba, Viadutos, Três Arroios, Severiano de Almeida, Maximiliano Ramos, Gaurama e Barão de Cotegipe.

⁵ A equipe executora da oficina foi composta pelo coordenador do projeto, professor do curso de Ciências Sociais da UFFS e por voluntários do curso de graduação em Ciências Sociais que participaram de uma ou mais atividades.

pela oficina: compreender como o contrato social nasce da vontade de indivíduos iguais.

Nota-se que os estudantes têm acesso a base teórico-conceitual da área da sociologia. Porém, existe uma dificuldade dos conteúdos e dos conceitos fazerem sentido para os estudantes para além dos momentos de ensino-aprendizagem das aulas. Por conta disso, o propósito da oficina vai no sentido de fortalecer os conteúdos da disciplina com a promoção de ações diversificadas. De tal modo, os conceitos trabalhados servem de suporte para a desnaturalização dos aspectos da política.

Na segunda etapa da oficina, foi solicitado aos estudantes a sugestão de temas que considerassem interessantes e gostariam de debater. Nesse sentido, quanto mais “polêmicos” fossem os temas, mais os debates poderiam polarizar as posições entre aqueles a favor e aqueles contra⁶.

Conforme os temas iam sendo sugeridos pelos estudantes, as propostas eram fixadas no quadro para que todos pudessem acompanhar. Nisso, a turma se deparou com o primeiro dilema da vida em “sociedade”: Como decidir? Pois, normalmente os estudantes indicavam um número bastante expressivo de temas e, partindo do princípio de que para conseguir captar as distintas opiniões sobre o assunto é importante que as diferentes interpretações possam se expressar. Logo, era necessário que a turma produzisse algum tipo de encaminhamento. Isto é, a turma precisava produzir algum tipo de hierarquia na presença dos temas, pois não seria possível debater todas as propostas, seja pela falta de tempo como também pelo interesse de todos no debate. Diante desse problema, foi necessário que a turma formulasse algum critério de seleção de temas que contasse com a adesão e concordância de todos os participantes, em outros termos, que todos assinassem o contrato social.

⁶ Os temas escolhidos pelos estudantes estavam normalmente na ordem do dia do momento no qual a oficina era realizada. Oscilavam entre pautas morais como por exemplo, aborto, eutanásia, liberação de drogas até sugestões sobre concepções políticas. Tiveram destaque também, os temas mais domésticos como, por exemplo, a liberação ou não do uso de uniforme no ambiente das escolas.

A resposta ao dilema que a equipe executora do projeto gostaria era de que a turma percebesse a necessidade de votar a ordem do debate. Com isso, o tema com maior número de incidências de votos seria o tema a ser debatido por primeiro, e os demais na sequência, conforme a ordem do número de votos. Mas, para chegar a isso a turma precisou persistir na resolução dos seguintes questionamentos: “Como decidir o tema a ser debatido por primeiro?” “Quantos temas seriam debatidos?” “Qual a ordem de temas a serem discutidos?” “O que fazer quando o tema escolhido não fosse do agrado de um ou mais indivíduos?”

A resolução desses questionamentos foi muito importante na turma, pois a cada sugestão de um estudante havia uma contra-posição de outro estudante. Os envolvidos iam, assim, percebendo como é difícil e demorado manter o contrato social, as regras de convívio. Construir critérios mínimos de escolha que disponham da concordância de todos exige debate e exposição de opiniões. Por vezes, como forma de dar uma resolução aos diferentes caminhos sugeridos, os estudantes pediam para equipe executora decidir, pois estavam cansados de ficar discutindo entre o universo de opiniões. Neste instante foi possível apresentar as diferenças entre um modelo de governo representativo- em que se passa o poder de decisão para um representante, eleito ou não- e o governo direto ou democracia direta nos termos da Grécia Antiga. Assim, todos da turma tiveram que decidir o próprio destino e não delegar a um ente qualquer essa atribuição.

Com efeito, a turma foi produzindo respostas, e os envolvidos foram percebendo como cada escolha conduz a um universo de outras possibilidades. Ao final do processo de reflexão, a turma pactuou que o tema vencedor seria aquele com o maior número de votos e, com isso, todos aceitaram a regra geral de se discutir o assunto.

Com a escolha do tema geral vencedor, foi elaborado a redação do tema sob a forma de uma pergunta, de tal maneira que os estudantes poderiam se posicionar

a favor ou contra⁷. A partir das diferenças, os estudantes foram divididos em dois grupos: o grupo a favor e o grupo contra.

Como terceiro momento da oficina, cada grupo pode debater os motivos pelo qual optaram por determinada posição. Neste momento foi solicitado que sistematizassem os argumentos em uma folha de papel. Foi explicado também que o objetivo do “jogo” era vencer o debate, assim o lado que tivesse os melhores argumentos seria o vitorioso. Para isso, os argumentos deviam ser consistentes⁸ e, mais do que isso, o grupo deveria construir a sua estratégia para vencer. Após o momento de elaboração e seleção dos argumentos, as ideias foram fixadas numa cartolina e o grupo precisou criar o nome do seu “partido”. Além disso, foi solicitado que escolhessem quatro colegas com a incumbência de defender a posição do grupo ao qual pertenciam.

Na sequência, as cadeiras da sala de aula foram dispostas no formato de meia lua: no centro foram acomodadas, frente a frente, os oito representantes: quatro do grupo a favor e quatro do grupo contra, enquanto o restante da turma ocupou os assentos localizados na meia lua.

A disposição da turma no formato de meia lua, com os estudantes escolhidos como representante no centro teve o objetivo de simular o ambiente de uma arena política. Tal disposição exerceu uma função pedagógica na organização da sala, pois permitia que os estudantes percebessem as diferenças entre os representantes localizados no centro e a população disposta na meia lua. Os representantes

⁷ Foi curioso problematizar o momento de indecisão dos estudantes. Foram recorrentes as manifestações de não ter uma posição formada de um lado ou de outro, pois estavam indecisos. Diante desse dilema, a equipe formuladora do projeto pode trabalhar a ideia da política na vida real da sociedade. Por vezes a população é chamada a escolher um representante político para algum cargo eletivo de tempos em tempos. Diante da exigência de escolher, mesmo que o cidadão não tenha uma posição definida, somos forçados a escolher um lado. Então, de qual local brota nossa tomada de posição? Naturalmente que na escolha política o eleitor pode optar em anular, votar em branco ou não comparecer a votação. Mas no exercício da oficina, tais opções não foram colocadas.

⁸ Durante o desenvolvimento da atividade os estudantes foram estimulados a realizar pesquisas, através dos seus dispositivos celulares, na busca de informações consistentes. Era importante que o conjunto de argumentos apresentados no debate fosse apoiado em fontes confiáveis e relevantes, e não o resultado da opinião pessoal de cada um dos envolvidos.

detinham a exclusividade da fala e os indivíduos localizados na meia lua podiam acompanhar e fiscalizar o andamento do debate. As manifestações dos indivíduos da meia lua podiam ser através de cartazes sendo vetado que interrompessem ou constrangessem a exposição de argumentos dos representantes.

O tempo de exposição dos argumentos de cada representação foi dividido igualmente. Cada grupo pode defender suas ideias e procurou através da exposição “convencer” o outro lado do seu ponto de vista, pois o objetivo do debate era “vencer” a disputa. Lembrando que as regras do debate impediam que os estudantes sentados na meia lua pudessem apresentar ideias/argumentos, pois “transferiram” a vontade individual para o representante escolhido.

Uma vez transcorrido o tempo de exposição dos argumentos dos representantes de cada grupo, a equipe executora do projeto da oficina questionava: “Afinal, quem venceu o debate?”, “Os representantes podem acatar os argumentos do outro grupo e mudar de lado ou são apenas porta-vozes da vontade do grupo ao qual fazem parte?”

Diante disso, foi possível apresentar aos estudantes as diferenças entre o tipo de mandato livre e o mandato do tipo imperativo. No primeiro, o representante tem a liberdade de consciência para votar conforme suas convicções pessoais já o mandato imperativo, o representante exerce exclusivamente a atribuição de ser o porta voz da decisão do seu grupo.

Na sequência foi debatido sobre qual o modelo de representação política presente na sociedade brasileira e quais os problemas que isso pode gerar: distanciamento entre representante e eleitor, necessidade de contrução de maioria para aprovação de projetos e demais dilemas que foram sendo trazidos pelos envolvidos na oficina e ajudaram a ilustra a estrutura de funcionamento do sistema político no país.

Através da discussão trazida pela equipe idealizadora da oficina foram apresentadas as diferenças no tipo de representação na política. Os estudantes constataram que cada tipo de escolha pode conduzir a resultados diferentes. Na

oficina chegamos ao empate, pois nas “regras do jogo” não foi exposto o tipo de representação (delegado ou mandato livre), mas na democracia moderna, no mundo real, as decisões políticas precisam chegar a uma maioria e, com isso, gerar uma decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação dos espaços de deliberação e discussão dos caminhos de organização da sociedade brasileira assume um componente de cidadania com a participação social e política dos indivíduos. Contudo, para que isso se produza é necessário que instituições como, por exemplo, a escola incorporem práticas de debate e deliberação.

A produção da participação pode modificar os hábitos dos indivíduos e produzir uma compreensão diferenciada a respeito do lugar que a cidadania ocupa no cotidiano das pessoas. Segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002), o processo de construção do exercício permanente do debate pode suscitar um ambiente colaborativo no qual os indivíduos podem vivenciar a cidadania em sua dimensão relacional. Através da ocorrência de espaços nos quais são produzidos condições de deliberação, os indivíduos podem encontrar as condições materiais necessárias para assumir um protagonismo maior na sociedade brasileira.

Durante o exercício da oficina “Democracia e representação política na escola” foi possível realizar discussões de assuntos presentes no universo das relações dos indivíduos. Assim, o cotidiano foi convertido em exercício de investigação sociológica. Os conceitos teóricos e as reflexões das Ciências Sociais a respeito da política (representação, voto, deliberação, construção de maioria, etc) foram apresentados aos estudantes, mas também foi possível discutir sobre o uso da linguagem, a importância do trabalho em grupo, a forma de construção de

argumentos, pesquisa de novos argumentos e a capacidade de debater ideias e defender posições.

Dentre os assuntos trabalhados na atividade da oficina, tiveram destaque as considerações sobre o papel da representação na política, como são estabelecidos alguns direitos e deveres do cidadão na vida em sociedade, a definição dos critérios mínimos de participação dos indivíduos e, como ocorre o “contrato social” entre iguais. Enquanto se discutia os aspectos teóricos envolvidos com as diferenças dos tipos de representação, foi recuperada a dificuldade que os grupos tiveram para escolher o seu representante. O momento da escolha dos representantes nos grupos foi marcado, às vezes, pelo desinteresse de alguns estudantes, pois não queriam se expor e deixavam que outros ocupassem o espaço político.

Cada motivo revela diferentes inclinações, tanto dos que querem ser representante quanto dos que não têm interesse em fazer parte. Na democracia contemporânea, os dois motivos são legítimos e merecem fazer parte da sociedade. Mas, a título de reflexão, os proponentes da oficina apresentavam a ideia de que nem sempre as pessoas mais bem intencionadas têm interesse em colocar o seu nome à disposição para vida política. Isto é, parte do problema da descrença da sociedade com a política deriva do fato de que os que poderiam se interessar não o fazem e, ao não fazê-lo, estão possibilitando que interesses, no mínimo duvidosos, ocupem o espaço da política.

Na oficina não houve um lado vencedor, pois o objetivo da atividade foi construir com os envolvidos uma aproximação com conceitos abstratos da área da disciplina de sociologia. Oportunizar, assim, a compreensão mais apurada sobre a política e perceber como as escolhas e os modelos de estrutura política operam na prática. Os estudantes conseguiam transpor as ideias debatidas na oficina para reflexão do seu papel como cidadão e como a compreensão dos conceitos pode auxiliar no melhor entendimento da sociedade brasileira.

Do ponto de vista teórico, os envolvidos puderam alterar sua percepção inicial acerca da função da política. Uma interpretação, por vezes, repleta de noções

advindas do senso comum que, como um mantra, sentenciava “político não me representa”, “político é tudo igual”. Mas, como descreve Meksenas (1995), o equilíbrio entre o senso comum e o conhecimento da área das Ciências Sociais é quebrado quando o confronto aparece. Contudo, não se trata de apresentar as Ciências Sociais como um conhecimento pronto, como fato dado, mas empreender uma reflexão que reconstrua saberes, princípios, conceitos e crenças.

Assim, a atividade da oficina foi construída dentro do propósito de aproximar os estudantes dos conceitos teóricos sem que para tal fosse necessário nenhum tipo de imposição. Por fim, o desenvolvimento de iniciativas desta natureza enseja o fortalecimento da presença das temáticas trabalhadas pela disciplina de Sociologia no ambiente das escolas, através do exercício de novas abordagens metodológicas como, também, auxiliar na compreensão do lugar da disciplina no ensino médio.

Através da interação e envolvimento dos educandos durante a execução da oficina foi possível ampliar a noção da cidadania e da participação política. Uma vez que os estudantes estejam instrumentalizados dos conceitos mínimos, espera-se que a estrutura da sociedade brasileira vá sendo examinada como um fenômeno presente no cotidiano das pessoas e não como um fenômeno abstrato compreendido apenas por especialistas ou que a política seja objeto de descrença ou como uma vala comum onde todos são igualados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, L. M.G de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. CARVALHO, L.M.G de (org). *Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussões de Sociologia no ensino médio*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004a.

MARQUES, P.; PEREIRA, T. I. O ensino de sociologia no alto Uruguai: Notas Preliminares acerca do contexto da pós-obrigatoriedade. In: MEIRELES, M; MOCELIN, P G; EREIRA, L. H.; RAIZER, L. *Repensando o lugar da sociologia e o uso das novas tecnologias*. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

MEKSENAS, P. O Ensino de Sociologia na Escola Secundaria. In: *Revista Leituras de imagens*. Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação. Florianópolis: UDESC, 1995.

SANTOS, B, de S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: perfil dos professores, dos conteúdos e das metodologias no primeiro ano de reimplantação nas escolas de Londrina-PR e região - 1999. In: CARVALHO, L.M.G de (org). *Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussões de Sociologia no ensino médio*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004.

Sociologia- *Ensino Médio*. Curitiba. SEED, PR2006.

TOMAZI, N. D. *Curso de especialização em ensino de sociologia: nível médio: módulo 2*. -- Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.

Recebido em: 14 mai. 2020

Aceito em: 18 de jun. 2020.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

SOUZA, Clovis Schmitt. Oficina democracia e representação política na escola. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p.29-42, 2020.